

Afastamento pode impedir cassação

O relator da CPI do Orçamento, deputado Roberto Magalhães (PFL/PE), teme que o afastamento dos parlamentares envolvidos com base na Lei 8.112, que instituiu o regime único dos servidores públicos, acabe por atrapalhar a cassação dos culpados. Segundo o relator, a proposta do líder do Governo na Câmara, Roberto Freire (PPS/PE), pode significar

uma punição e o Código de Processo Penal impede que o cidadão seja punido duas vezes por um mesmo crime.

A questão chegou a ser discutida ontem com o procurador-geral da República, Aristides Junqueira, mas não houve conclusão. Mesmo assim, Roberto Magalhães não descarta a proposta.

Apenas pretende debatê-la a fundo com especialistas para evitar o risco de dar aos advogados de defesa dos acusados uma chance de livrá-los da cassação. De acordo com a Constituição, o parlamentar pode sofrer três tipos de punição: repreensão, afastamento temporário (que é a hipótese discutida) ou cassação do mandato eletivo.